

ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA INDÍGENA E O REGISTRO ETNOGRÁFICO: EXEMPLOS DO ALTO RIO NEGRO

Eduardo Góes Neves*

Introdução

A bacia amazônica é atualmente a região brasileira onde a Arqueologia foi melhor sucedida no estabelecimento de problemas de pesquisa significantes para uma Arqueologia de caráter nacional. Isso deve-se ao fato de que as pesquisas na Amazônia têm sido, por quase cinquenta anos, consistentemente voltadas para a resolução de problemas gerados no âmbito da Antropologia Social. Esse não foi o caso da Arqueologia praticada em outras partes do Brasil, onde a disciplina permaneceu uma tarefa basicamente descritiva esvaziada de preocupações históricas ou antropológicas mais densas.

Os problemas de pesquisa gerados pela arqueologia da Amazônia são tanto teóricos como metodológicos, tendo implicações diretas para os tipos de reconstituição da história pré-colonial feitos na região bem como em outras áreas das terras baixas da América do Sul. Embora bastante interrelacionados, esses problemas podem ser agrupados em três categorias gerais.

Primeiramente, há o estudo da correlação entre variáveis ambientais e processos sociais. Pesquisas realizadas sob essa perspectiva na Amazônia remontam ao final da década de quarenta, inicialmente com uma forte influência da ecologia cultural norte-americana, do determinismo ecológico e do neoevolucionismo. Há, no entanto, atualmente elementos para uma crítica dessas premissas iniciais, principalmente a partir da chamada Ecologia Histórica e dos estudos de manejo ambiental.

Em segundo lugar, há o estudo do impacto da conquista européia sobre os padrões de organi-

zação social e política na Amazônia. Esse problema, que é relevante para a antropologia de todo o continente americano, tornou-se uma questão básica da arqueologia amazônica, ao contrário de outras partes do Brasil. O encaminhamento desse problema geral envolve a resolução de uma série de problemas particulares mal resolvidos que incluem desde diferentes abordagens para pesquisas de campo a diferentes perspectivas sobre o estabelecimento de analogias etnográficas nas interpretações arqueológicas.

Finalmente, há o problema da identificação de fronteiras étnicas e lingüísticas no passado através do uso de vestígios arqueológicos, principalmente fragmentos cerâmicos. Tal problema não é único da arqueologia amazônica, já que está presente na agenda das pesquisas arqueológicas realizadas na Europa (a expansão dos povos falantes de línguas indo-européias), na Polinésia (nos modelos que explicam a ocupação dessa imensa área por portadores do complexo cultural Lapita) ou na África, ao sul do Saara (a expansão Bantu). Nas terras baixas da América do Sul, percebe-se, no entanto, que vários modelos apresentados para explicar padrões contemporâneos de distribuição de línguas indígenas apresentam premissas, nem sempre explícitas, de como o registro arqueológico da Amazônia deveria parecer. Isso é devido ao fato de que, nas terras baixas, identificação lingüística funciona frequentemente como identificador étnico, uma tendência que remonta aos trabalhos de von Martius no século passado.

Por causa dessa situação, a região amazônica é normalmente tratada como uma área distinta nas sínteses disponíveis sobre a arqueologia brasileira. Esse é o caso, por exemplo, de *Arqueologia Brasileira*, escrita por André Prous e publicada em 1992, a mais completa síntese já produzida sobre a arqueologia brasileira. A explicação para esse

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

estado de coisas é parcialmente histórica: apesar da importância de pesquisas realizadas em outras áreas do país, tais como os trabalhos de Lund na região de Lagoa Santa em Minas Gerais, pode-se dizer que a pesquisa arqueológica sistemática no Brasil iniciou-se na região Amazônica na década de setenta do século XIX. Assim, já em 1882, a primeira síntese produzida sobre a arqueologia brasileira, o impressionante trabalho de Ladislau Netto preparado para acompanhar a grande exposição antropológica realizada pelo Museu Nacional em 1882, dedicou uma parte considerável de suas páginas a achados feitos na Amazônia (Netto 1885). Nesse mesmo período, outras monografias de fôlego foram escritas sobre a arqueologia amazônica: *O Muiraquitã e Antigüidades do Amazonas*, ambas de João Barbosa Rodrigues, e *Contribuição à Etnologia do Vale Amazônico*, de Charles Hartt. Toda essa informação acumulada no final do século XIX e no início do século XX culminaria finalmente com a breve, mas ainda atual, síntese de Erlend Nordenskiöld *L'Archéologie du Bassin de l'Amazone*, escrita em 1930 e baseada nas coleções arqueológicas e notas de campo produzidas por Nimuendajú no baixo Amazonas na década de 20 para o Museu Etnográfico de Gotemburgo, material esse ainda não sistematicamente estudado e publicado.

A essa precedência histórica deve-se acrescentar também a importância do trabalho de Steward e seus colaboradores no *Handbook of South American Indians*. O trabalho de Steward foi importante porque estabeleceu uma tradição de pesquisas baseadas em premissas ecológicas na região. Essa tradição, certamente deplorada por uma parcela significativa da antropologia social brasileira, tem sido fundamental para a arqueologia amazônica, a ponto de não se poder fazer pesquisas na região sem ignorá-la, mesmo se o objetivo for crítico. Particularmente importante nesse caso foi o conceito de "Cultura de Floresta Tropical" definido por Steward e Lowie no volume três do *Handbook*, em 1948. Em um outro trabalho (Neves 1998b), procurei mostrar como diferentes interpretações desse conceito foram, na ausência de dados empíricos melhor estabelecidos, responsáveis pelo debate que caracteriza a arqueologia amazônica desde a década de sessenta até o presente.

Foram, então, essa maior tradição histórica e essa ligação constante com outras ciências antropológicas as responsáveis pelo amadurecimento

desses três grandes problemas da arqueologia amazônica, problemas esses – nunca é demais repetir – fundamentais para toda a Arqueologia das terras baixas da América do Sul. É natural, então, que uma discussão que pretenda verificar as possibilidades de fertilização mútua entre a Arqueologia e a Antropologia Social deva procurar na região amazônica exemplos de possibilidades e limitações de perspectivas conjuntas de trabalho. Inicialmente, essa discussão deverá reconhecer uma diferença fundamental, bastante óbvia, mas que de certa maneira explica esse contato mais íntimo entre as ciências antropológicas na Amazônia: é esta a única região do Brasil – com exceção de partes do Brasil central e da região sul – onde se pode postular alguma forma de continuidade histórica entre as populações contemporâneas e as populações que ocuparam os sítios arqueológicos lá encontrados. Em outras partes do Brasil, tal associação é difícil se não impossível, o que, sem dúvida, traz consequências complexas no que se refere ao estabelecimento de políticas de proteção ao patrimônio arqueológico. Nesse sentido, na região Amazônica, a Arqueologia pode trabalhar de maneira bidimensional, correlacionando tempo e espaço, continuidade e ruptura entre o passado pré-colonial e o presente; no sul – e principalmente no sudeste – do Brasil, essa operação tem quase sempre uma única dimensão, a do território reocupado pelo colono de ascendência européia, africana ou mestiça, uma vez que existe pouca continuidade biológica ou cultural entre os antigos habitantes do que são hoje sítios arqueológicos e os atuais habitantes dos espaços que foram outrora assentamentos indígenas.

Talvez por essa razão seja difícil para os arqueólogos brasilianistas que atuam fora da Amazônia perceber que o objetivo básico da arqueologia brasileira é bem simples: fazer história indígena. Nesse texto, procurarei discutir as possibilidades e limitações da Arqueologia para a realização dessa tarefa, tendo como base o último dos três problemas gerais da arqueologia amazônica anteriormente apresentados: a utilização do registro arqueológico na identificação de fronteiras étnicas. De maneira aparentemente contraditória, iniciarei essa discussão apontando que, a meu ver, uma Arqueologia que se preocupe em ser história indígena é incapaz ou despreparada para fazer paleoetnografias e que, portanto, as características próprias do material de estudo da Arqueologia – o

registro arqueológico – condicionam as possibilidades de história indígena que a Arqueologia pode produzir.

A premissa de que a Arqueologia seja capaz de realizar paleoetnografias traz dentro de si concepções enganadas sobre a natureza e os padrões de formação do registro arqueológico. Como já foi anteriormente apontado por Binford (1981), casos como o de Pompéia constituem uma minoria esmagadora dentre o leque de possíveis formas a partir das quais um sítio arqueológico se nos apresenta no presente. Em Pompéia, circunstâncias externas inesperadas – uma erupção vulcânica – criaram condições para o congelamento das atividades rotineiras da população de uma cidade – se a expressão o permite – “turística” do império romano no início da era cristã. Assim, a arqueologia de Pompéia oferece, potencialmente, as possibilidades para a elaboração de uma espécie de paleoetnografia daquela comunidade. Via de regra, as situações em Arqueologia são outras: sítios arqueológicos representam normalmente o resultado combinado de processos de ocupação humana bem como o da ação de uma série de elementos pós-deposicionais, que podem ser tanto naturais – processos geomorfológicos, “bioturbações” (por exemplo buracos de tatu, cupins e raízes) – como resultantes da própria ação humana posterior ou concomitante à ocupação de um dado espaço.

Isso posto, creio que a Arqueologia opera com mais desenvoltura em casos em que processos de longa duração estejam sob investigação. Geralmente quando lidam com recortes sincrônicos, os arqueólogos o fazem de maneira pouco confortável. Um exemplo em conta é o do estabelecimento da concomitância na ocupação das múltiplas linhas de anéis concêntricos que constituem vários sítios arqueológicos no Brasil central, sítios esses associados de maneira justificada a populações falantes de línguas do tronco lingüístico macro-Gê. Nesses casos, o grau de ambigüidade permitido pelo próprio método de datação utilizado, o de radiocarbono, dificulta, quando não impede que se estabeleça com precisão se os referidos anéis foram ocupados concomitantemente ou não, o que, por sua vez, coloca problemas sobre as eventuais estimativas demográficas que se proponham a partir desses sítios.

É por essa razão que existe uma polêmica, porém, longa associação entre Arqueologia e a Lingüística Histórica, principalmente se o objetivo for o de se estudar processos históricos de longa du-

ração, como por exemplo movimentações populacionais. Alguns dos riscos dessa associação parecem bastante claros, como por exemplo o do difusionismo. Outro risco, menos óbvio mas igualmente problemático, consiste na aceitação de uma relação unívoca entre cultura material – nesse caso vasilhames cerâmicos – e línguas, famílias ou troncos lingüísticos. No caso da Amazônia, onde, malgrado a tradição de pesquisas, o volume acumulado de informações sobre a arqueologia regional é relativamente pequeno, o recurso a informações obtidas pela lingüística histórica, mesmo que hipotéticas, é quase inevitável.

Os argumentos contra a utilização de correlações simplistas entre língua e cultura material parecem convincentes: a etnografia amazônica oferece vários exemplos em que tais correlações não se justificam. Casos conhecidos são os do alto rio Negro e alto Xingú: sistemas multiétnicos – ou pelo menos multilingüísticos – nos quais as diferentes populações que compõem esses sistemas produzem, consomem e descartam as mesmas categorias, em termos de forma, função e decoração, de vasilhames cerâmicos. Note-se aqui que o apego da Arqueologia por cerâmica não é apenas perversão, mas também resultado das condições usuais de preservação dos vestígios arqueológicos no que é hoje o território brasileiro. No caso do alto Xingú, é bem conhecido o fato de que a cerâmica consumida e descartada pelos grupos xinguanos “autênticos” é produzida localmente nas comunidades Waurá de onde circulam por toda a área.

No caso da bacia do alto rio Negro, especificamente na região do rio Uaupés, os diferentes (mais de dez) grupos que falam línguas da família Tukano Oriental produzem e consomem, localmente em seus assentamentos, vasilhames cerâmicos de formas globulares, escurecidos após a queima, normalmente decorados com decoração “resistente” e eventualmente com decoração pintada em vermelho e amarelo, sempre após a queima. Tal padronização tecnológica e estilística na produção ceramista é percebida também em outros domínios da cultura material, como, por exemplo, a cestaria que foi bastante estudada por Reichel-Dolmatoff. Em uma série de trabalhos instigantes, o falecido antropólogo colombiano procurou associar padrões decorativos na cestaria e na decoração das malocas Tukano ao consumo do alucinógeno *Banisteriopsis caapi* (caapí). Essa associação é, em uma dimensão, inegável, já que o consumo de caapí

constituía parte fundamental nos rituais de iniciação masculinos no alto rio Negro, mas, por outro lado, ela reduz as manifestações estéticas da cultura material a um epifenômeno do consumo de alucinógenos e da produção de fosfenos que resultam desse consumo (Reichel-Dolmatoff 1985).

Sem a necessidade de se afastar por completo a hipótese de Reichel-Dolmatoff, a padronização tecnológica na cultura material Tukano deve também ser entendida como o resultado do desenvolvimento histórico de interações locais que também incluem o caapi, mas não são condicionadas pelo seu consumo. Esse desenvolvimento está provavelmente relacionado a um padrão mais amplo de interação cultural verificado na porção norte-ocidental da Amazônia. Essa é, ao menos pelo que foi etnograficamente documentado, uma das áreas de maior diversidade lingüística na Amazônia, já que se encontram ali representadas uma série de línguas e famílias lingüísticas isoladas ou de pequena extensão geográfica, como Tikuna, Bora-Witoto, Tukano, Maku, talvez Jivaro (Santos e Barclay 1994). A essas rupturas lingüísticas sobrepõe-se uma forte padronização material e religiosa, que se manifesta, por exemplo, na construção, sob formas variáveis, de malocas multifamiliares, no uso de tambores ocos de sinalização (os “trocanos”); na confecção e uso de máscaras de entrecasca de árvores; no consumo de *Banisteriopsis caapi* e rapé preparado a partir da resina de *Virola sp.* (paricá); nos “cultos de Jurupari” os rituais de iniciação masculina que incluem o uso de flautas sagradas cuja presença é interdita às mulheres. Enfim, o que parece singular no caso dos povos Tukano do alto rio Negro dentro do quadro etnográfico ortodoxo das terras baixas – a impossibilidade de se compreender isoladamente essas sociedades a partir de estudos com foco puramente local – talvez se constitua como um elemento definidor de outras sociedades da Amazônia norte-ocidental, com a ressalva de que o caso dos Tukano é melhor conhecido porque mais estudado.

Assim, nos exemplos de sistemas regionais acima apresentados, fica claro que o registro da cultura material não tem resolução fina o suficiente para apreender as sutilezas étnicas que compõem esses sistemas. É por tal razão que vejo com certo ceticismo a utilização de evidências arqueológicas em processos de identificação, para fins legais, de grupos étnicos no passado. Que o digam os arqueólogos norte-americanos e australianos ora envol-

vidos em um complicado e, às vezes doloroso, processo de devolução ou – para utilizar o termo tecnicamente empregado nesses casos – “repatriamento” de bens culturais às populações aborígenes, incluindo coleções arqueológicas com objetos e vestígios ósseos humanos, guardados em museus (Greenfield 1996).

Se as sutilezas etnográficas costumam ser equívocas ao registro arqueológico, os processos de mudança histórica, ou pelo menos cronologias, são mais palpáveis, ao menos em arqueologia brasileira, na qual a estrutura cronológica básica de nossa história pré-colonial está ainda em construção.

No que se segue, discutirei brevemente a utilização que fiz de evidências arqueológicas, combinada com informações lingüísticas, históricas e etnográficas para esboçar a história do sistema regional do rio Uaupés.

Um esboço da história do sistema regional do rio Uaupés

A história do sistema regional do Uaupés deve ser entendida sob uma perspectiva comparativa com outros sistemas desse tipo registrados nas terras baixas da América do Sul. Tal perspectiva pode permitir a comparação controlada de evidências históricas ligadas ao desenvolvimento desses sistemas regionais. Nesse sentido, é fundamental a utilização de informações obtidas da Lingüística Histórica, malgrado os problemas que podem resultar do uso indiscriminado dessas informações. Retomando o exemplo anteriormente discutido, uma comparação, baseada em critérios lingüísticos, entre os sistemas regionais do Uaupés – ou alto rio Negro – e do alto Xingú pode ser iluminadora. Aparentemente, ambos os casos apresentam algumas semelhanças estruturais: trata-se de sistemas multilingüísticos situados em áreas periféricas da região Amazônica onde as populações locais são integradas, dentre outras coisas, por redes de troca. Casos semelhantes, talvez, de processos de “compressão cultural”

Essas aparentes semelhanças estruturais escondem, no entanto, diferenças básicas ligadas à história desses sistemas. Assim, antes de apresentar os dados arqueológicos que baseiam essa afirmação, é interessante observar a composição lingüística dos sistemas do alto rio Negro e alto Xingú para demonstrar que a aparente diversidade lingüís-

tica do alto rio Negro é de fato bem menor que a do alto Xingú. No alto Xingú, encontram-se representadas populações que falam um relativamente pequeno número de línguas pertencentes a pelo menos quatro troncos lingüísticos diferentes – Arawak (família Maipurán), Tupi (família Tupi-Guarani), Karib, Macro-Gê, e mesmo um caso de língua isolada (Trumai) – cujas ligações genéticas potenciais, quaisquer que se postule, são bastante antigas. A diversidade lingüística do alto Xingú ocorre então em um nível hierárquico, por assim dizer, profundo: o nível dos troncos lingüísticos, já que o que se verifica nesse caso é a ocorrência de apenas uma ou duas línguas representadas – em muitos casos com relações genéticas óbvias – por tronco ou família. Em um caso como esse, é legítimo postular que a diversidade lingüística ali verificada resulta de um processo inicial de diferenciação ocorrido em outras partes da bacia Amazônica ou do Brasil central (Tabela 1). O Xingú seria, então, um exemplo de *cul-de-sac* cuja história se iniciou antes do séc. XVI, mas que continuou a se modificar, *por agregação*, durante o período colonial.

No alto rio Negro, as evidências lingüísticas, combinadas com a Arqueologia e a tradição oral, indicam um processo oposto, uma “descompressão” demográfica, desencadeada pela colonização ibérica da América do Sul. Nessa região, a diversidade lingüística ocorre em dois níveis hierárquicos. Nesse caso, há um grupo menor de troncos lingüísticos representados, apenas três: Arawak (família Maipurán), Tukano (famílias Central e Oriental) e Makú (pelo menos seis línguas diferentes cuja associação genética não é clara) (Tabela 2). Há um

TABELA 1

Troncos lingüísticos, famílias lingüísticas e algumas línguas indígenas do alto Xingú

Tronco	Família	Língua
Arawak	Maipurán	Waurá Yawalapiti Mehinaku
Tupi	Tupi-Guarani	Kamayurá Awetí
Carib	_____	Kuikuru Kalapalo
Macro-Gê	_____	Suyá
Não classificado	_____	Trumai

TABELA 2

Troncos lingüísticos, famílias lingüísticas e línguas indígenas do alto rio Negro

Tronco	Família	Língua
Arawak	Maipurán	Baniwa Hohodene Siusí Carutana Ipeka Catapolitani Piapoco Uerequena
_____	Tukano Oriental	Arapaço Bará Barasana Desano Karapanã Makuna Miriti-Tapuya Pápiwa Pira-Tapuya Siriano Taiwano Tatuyo Uanana Yurití
_____	Tukano Central	Cubeo
_____	Maku	Nukak Bará Hupdá Yuhupdá Dow Nadeb

grande número de línguas representadas em cada um desses troncos e famílias, principalmente nos dois primeiros casos, mas a localização desses troncos no espaço regional é bastante clara: o rio Içana e afluentes são ocupados por falantes de línguas Maipurán Arawak; o rio Uaupés e afluentes são ocupados por falantes de línguas da família Tukano; as áreas de interflúvio são ocupadas por falantes de línguas Makú (ver Figura 1).

Se é relativamente grande o número de línguas faladas em cada família, os dados de lingüística comparativa indicam que a semelhança entre essas línguas é bastante grande. Assim, algumas das línguas Maipurán Arawak faladas na bacia do rio Içana, tais como Curripaco, Baniwa do Içana, Hohodene, Siusí, Ipeka e Catapolitani são cognatas, e em alguns casos mutuamente inteligíveis (Payne 1991: 482-486), sugerindo um processo lo-

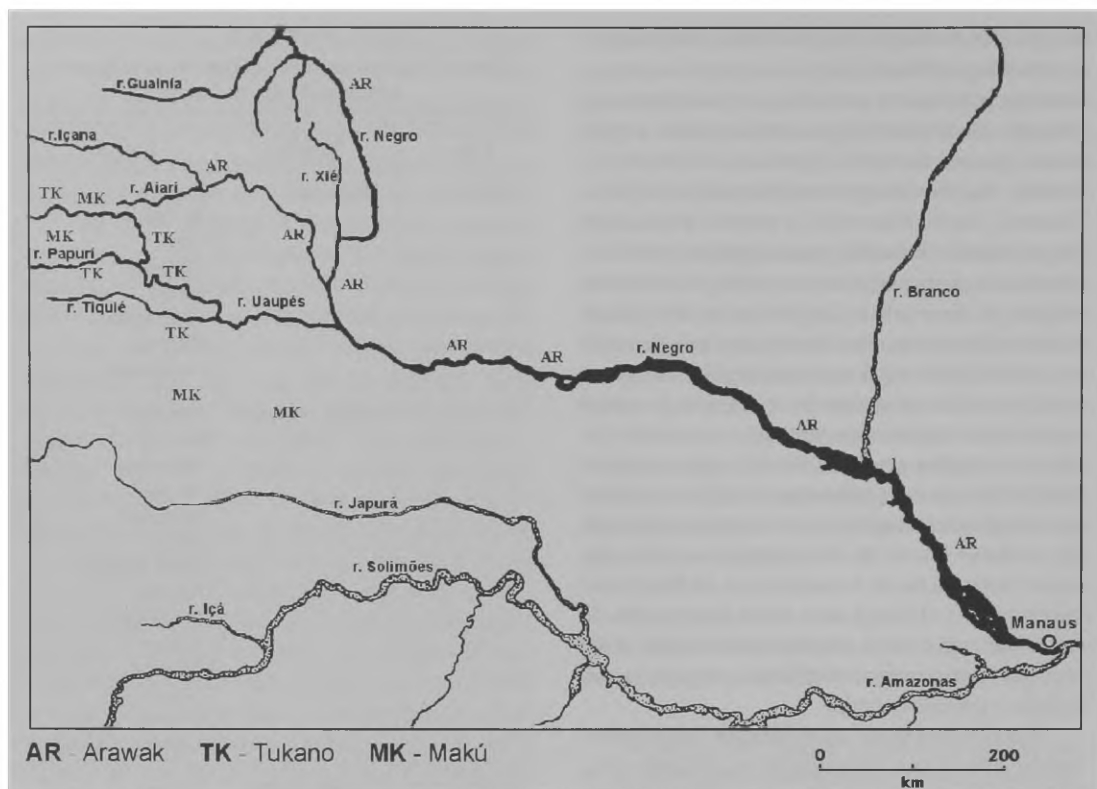


Fig. 1 – As três principais famílias e troncos lingüísticos da bacia do rio Negro.

cal de longa duração, de diferenciação a partir de uma proto-língua falada por uma “população fundadora”. No caso das línguas Maipuran do alto rio Negro, há que se considerar também uma relação genética com outras línguas da mesma família, algumas extintas, faladas em outras partes das bacias do rio Negro e Orinoco, tais como Baré, Manao e mesmo Maipure. Foi essa a razão que levou vários arqueólogos (Lathrap 1970; Lathrap & Oliver 1987; Rouse 1985, 1986) a sugerir que as bacias do Negro e Orinoco formaram uma avenida de ligação entre o norte da América do Sul e a Amazônia central, uma hipótese sugestiva mas problemática à luz de dados arqueológicos resultantes de pesquisas recentes na bacia do rio Negro (Heckenberger, Neves & Petersen 1998; Neves 1997).

Independente da validade dessas hipóteses arqueológicas, parece claro que uma boa parte das bacias do médio e alto rio Negro era ocupada por falantes de línguas Maipuran no início do período colonial, pelo menos no que se refere às populações ribeirinhas. A única exceção a esse quadro parece ser a bacia do rio Uaupés, cujas áreas ribeirinhas são

ocupadas por falantes de línguas Tukano. Assim, a bacia do Uaupés constitui-se como uma espécie de anomalia lingüística, uma intrusão Tukano em uma área predominantemente Maipuran.

No entanto, como no caso das línguas Maipuran do alto rio Negro, as línguas Tukano do alto rio Negro são também cognatas e em muitos casos – mas não sempre – mutuamente inteligíveis, o que também indica um processo de diferenciação local. Em ambos os casos, Tukano e Maipuran, trata-se de populações exogâmicas em constante fluxo regional, longe, portanto, de apresentar isolamento lingüístico absoluto. É plausível propor-se, nesse caso, que o processo de diferenciação lingüística foi bastante lento. Quanto às línguas Tukano do Uaupés, a exceção a esse caso é o Cubeo, falada na extremidade norte da área de dispersão dessas línguas. Os Cubeo têm, além da língua, algumas características que os diferenciam de outros grupos Tukano da bacia do Uaupés, tais como a ausência de exogamia lingüística (há casamento entre indivíduos de diferentes fratrias Cubeo) (Goldman 1963). Tais diferenças levaram Reichel-Dolma-

toff (1996: xxii) a sugerir tratar-se esse grupo de uma população Maipurana que se “tukanizou” como aconteceu com os Tariana, outro grupo ribeirinho da região. Se, no entanto, a classificação lingüística proposta por Waltz & Wheeler (1972) estiver correta, a hipótese de Reichel-Dolmatoff não pode ser aceita, já que esses autores indicam que a língua Cubeo é mais próxima das línguas Tukano Ocidental faladas nos atuais territórios do Peru e Equador que das línguas Tukano Oriental faladas na bacia do Uaupés.

Assim, encontra-se na bacia do Uaupés a maior diversidade lingüística dentro das famílias Tukano, o que talvez indique uma origem local para as línguas dessa família, ao contrário de uma origem subandina como foi sugerido por Berta Ribeiro (1980) e Greg Urban (1992). Essas evidências permitem que se postule que essa intrusão Tukano no alto rio Negro é antiga o suficiente para permitir a diferenciação interna local das várias línguas da família Tukano Oriental bem como da diferenciação dessas línguas e do Cubeo.

A utilização combinada dos dados lingüísticos com a tradição oral Tukano permite que se estabeleça uma outra hipótese também bastante sugestiva. Há atualmente falantes de línguas Tukano Oriental dispersos por uma área que inclui virtualmente a totalidade das bacias do médio e baixo Uaupés e locais ao longo do rio Negro. A tradição oral desses grupos indica, no entanto, diferentes centros de origem, todos eles situados ao longo do rio Papurí (um afluente da margem direita do Uaupés) ou no médio Uaupés (ver Figura 2). Inicialmente, alguns desses grupos não estavam diferenciados lingüisticamente, tal como estão hoje. Esse era provavelmente o caso dos Bará e dos Tuyuka; dos Desana e dos Siriano; dos Karapanã e dos Tatuyo (Waltz & Wheeler 1972). Esses grupos estavam provavelmente assentados em territórios localizados ao longo do Papurí e seus afluentes. Desse modo, sabemos que o território ancestral Tukano ficava no Turí igarapé, o dos Desana no Macucú igarapé, o dos Pira-Tapuya no baixo Papurí etc.. Esses grupos eram agricultores de mandioca e pescadores

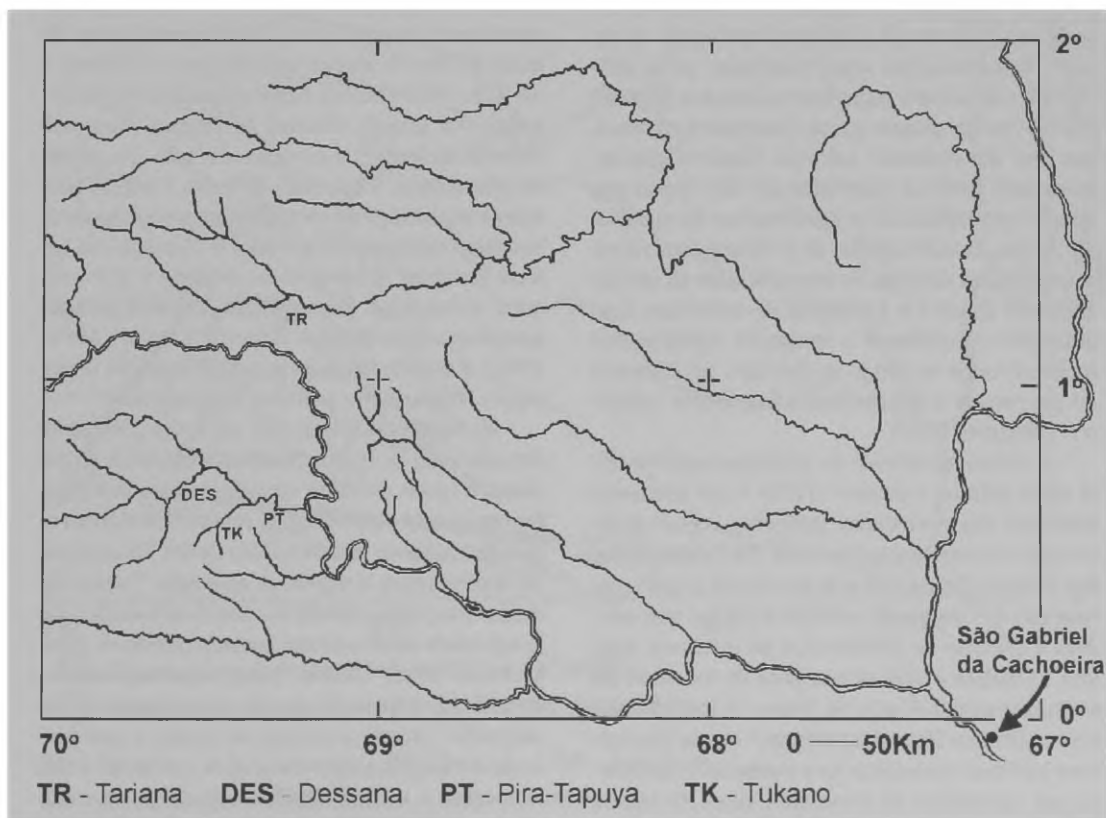


Fig. 2 – Lugares de origem de alguns grupos lingüísticos Tukano Oriental na bacia do alto rio Negro.

que tinham suas aldeias ligadas pelas extensas trilhas que ainda cortam as áreas de interflúvio da região. Seus padrões de assentamento eram provavelmente similares aos padrões verificados atualmente por Chernela (1993) entre os Uanano: aldeias com posição mais alta na hierarquia estão localizadas rio abaixo, enquanto as de posição inferior localizam-se rio acima.

Entre 1993 e 1994, realizei sete meses de pesquisas arqueológicas de campo na região do médio e baixo Uaupés. Essas pesquisas resultaram na formulação de uma cronologia preliminar que se inicia há cerca de três mil anos antes do presente e chega até os dias de hoje. A reconstrução hipotética da história indígena do baixo Uaupés, que agora apresento, resulta da interpretação dos dados arqueológicos associada aos já mencionados dados da lingüística e da tradição oral.

Os dados arqueológicos (Neves 1998a) indicam que o tamanho médio dos assentamentos pré-coloniais na bacia do Uaupés não era maior no século XIX (Coudreau 1886, Wallace 1905) que nos períodos anteriores à chegada dos europeus, um correlato possível das condições ecológicas da região. Tais condições eram ampliadas pelas dificuldades de se abrir roças com machados de pedra polida. Assim, plantas como a pupunha e o patauá, que têm um conteúdo calórico bastante grande, eram uma fonte de carboidratos tão importante quanto os produtos do processamento da mandioca. Assim, as dificuldades de se abrir novas roças, a distribuição desigual de recursos naturais em um ambiente frágil e a existência de territórios bem definidos estimularam a ocupação contínua dos mesmos locais ao longo de décadas, ao contrário do que propõe o determinismo amazônico "clássico" (Meggers 1995).

A exogamia através do casamento preferencial entre primos cruzados (FZD) é um elemento definidor das sociedades indígenas contemporâneas do alto rio Negro (Jackson 1983), dentre outras coisas pelo fato de que em alguns casos o casamento é consumado entre indivíduos que residem a dezenas de quilômetros de distância, algo que formaliza e cristaliza a área de extensão do sistema regional do alto rio Negro. A tradição oral e a Lingüística Histórica permitem que se formule uma hipótese postulando que o princípio de aliança por casamento já prevalecia antes do século XVI, só que, do ponto de vista territorial, de uma maneira bem menos extensa, já que os territórios

antigos dos Tukano eram bem menores e mais próximos uns dos outros naquele período do que atualmente.

No início do período colonial, o baixo rio Uaupés e o rio Tiquié eram etnicamente mais heterogêneos, embora com uma influência Maipuran bastante marcada, já que essas regiões se caracterizavam pelo tipo de fronteira étnica diversificada proposta por Wright (1992). Dentre os grupos Tukano assentados nessa fronteira, havia os Arapaço e Mirití-Tapuya, hoje com populações bastante reduzidas e já sem sua língua ancestral. É provável que outros grupos Tukano que desapareceram, de acordo com a tradição oral, como o sib mais alto de todos, os Wauro, compunham também essa fronteira étnica dinâmica. A identificação dos grupos Maipuran que ocuparam o baixo Uaupés e áreas adjacentes no rio Negro é difícil, já que, com a exceção do trabalho de Meira (1991), não há pesquisas sistemáticas disponíveis nessas áreas. Usando as evidências históricas e lingüísticas, arrisco-me a propor que o baixo Uaupés foi ocupado por populações relacionadas aos índios Uerequena que atualmente ocupam o rio Xié. As outras áreas da bacia do alto rio Negro, o rio Negro, o rio Içana, o rio Xié e o rio Guainía foram ocupadas exclusivamente por grupos falantes de línguas Maipuran Arawak ao longo de centenas de anos. Na aldeia de Marabitana, localizada no baixo Uaupés, pesquisas arqueológicas identificaram a ocorrência de vestígios cerâmicos associados à "Tradição de Linhas Paralelas" e datadas ao redor de 2.500 anos antes do presente. Essa tradição, definida pela arqueóloga venezuelana Alberta Zucchi (1991, 1993), é associada por essa autora a antigas populações Maipuran do noroeste da Amazônia.

No início do século XV d.C., um contingente populacional de língua Maipuran penetrou no rio Uaupés vindo do norte através de uma das rotas terrestres que atravessam a região. Essa população compunha os ancestrais dos índios Tariana que até hoje ocupam a região. A ocupação Tariana do médio Uaupés é contada em uma rica tradição oral já registrada desde o século passado (Amorim 1926, Moreira 1994). Usando essas informações, foi identificado e escavado um dos sítios ligados a essa ocupação Tariana ancestral na região, o que permitiu a identificação cronológica do início dessa ocupação. A análise detalhada do corpo de tradições orais Tariana demandaria um espaço e detalhe que escapam aos objetivos desse texto. Em ou-

tro trabalho (Neves 1998a), arrisquei uma interpretação instrumental desses textos e dos relatos que obtive no campo. Essa interpretação permitiu a elaboração de algumas hipóteses sobre o quadro étnico e político do médio Uaupés no início do século XVI. Essas hipóteses sugerem que as transformações provocadas pela ocupação europeia sobre as populações indígenas da região não foram uniformes, pelo menos em termos dos territórios ocupados pelas mesmas. À medida que alguns grupos, como os Uanana e Cubeo, parecem ter mantido seus territórios ancestrais, outros, como os Mirití-Tapuya e os Arapaço, foram quase que totalmente eliminados, enquanto grupos, como os Tukano e Dessana, iniciaram um processo de expansão em direção ao rio Negro que continua ocorrendo até o presente (Figura 3).

Embora as trajetórias dessas populações tenham sido diferentes, e a explicação dessas diferenças constitua em si um tema fascinante de estudo, a história dos índios do Uaupés a partir do século XVI deve ser entendida à luz da ocupação europeia da região. Assim, a partir do final do século XVII, o aumento da demanda de mão-de-obra escrava índia tanto no baixo Amazonas como no litoral das Guianas promoveu um aumento da guerra nativa na região, guerras essas, é bom lembrar, que já ocorriam antes do início da colonização, conforme atestado pela escavação de sítios pré-coloniais cercados por valetas defensivas. O padrão de guerra ao qual me refiro está ligado ao engajamento de alguns grupos indígenas como intermediários no tráfico de escravos. Esse foi o papel dos Manaó no médio Rio Negro (Farage 1991)

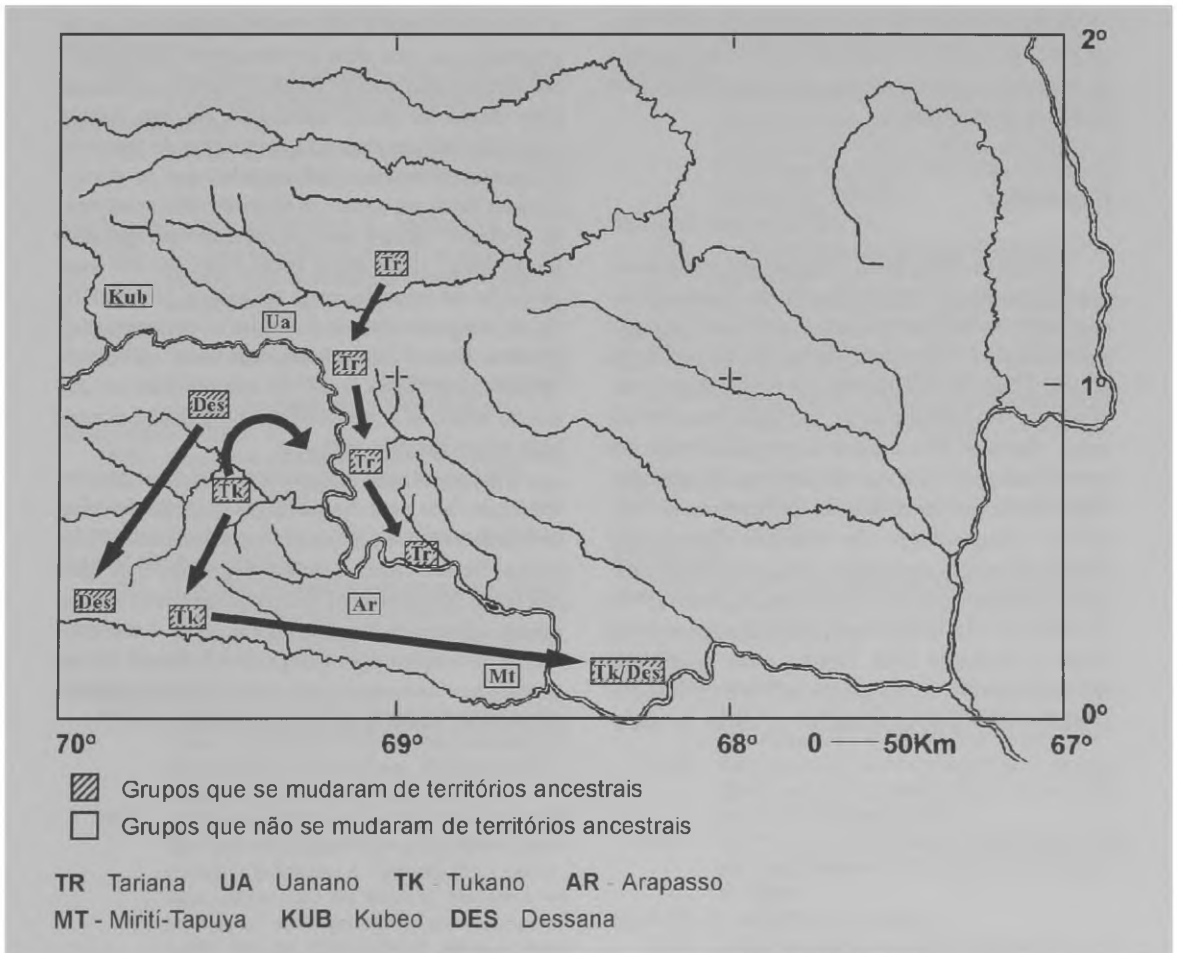


Fig. 3 – Movimentos populacionais na bacia do rio Uaupés (séculos XV – XX).

e dos Tariana no rio Uaupés (Neves 1998a). O tráfico de escravos no alto e médio rio Negro causou um colapso na população indígena da região. Estimativas baseadas em documentação histórica primária indicam que cerca de 20.000 índios foram removidos para outras áreas da Amazônia apenas nas primeiras décadas do século XVIII (Wright 1991). Essa depopulação rápida e intensa criou uma espécie de vazio demográfico em áreas do alto rio Negro e seus afluentes, vazio que passou a ser preenchido, com idas e vindas, pelas populações anteriormente assentadas em áreas de cabeceira, e, portanto, mais abrigadas do apresamento escravagista.

Tais movimentos se cristalizam no século XIX, quando o alto rio Negro mergulha no abandono que até hoje caracteriza a região, dando origem ao padrão etnográfico descrito na literatura inicialmente por Koch-Grünberg (1909). O esboço histórico aqui apresentado indica, no entanto, que tal padrão é nada mais que o resultado de um longo processo histórico alternando períodos de rápida mudança – antes e depois do século XVI – com períodos de equilíbrio.

Conclusões

No início desse texto, afirmei que a arqueologia Amazônica se destaca dentro do quadro da arqueologia brasileira graças a uma preocupação constante com o teste de hipóteses da Antropologia Social. Uma espécie recente de Arqueologia praticada na Amazônia e áreas contíguas tem, no entanto, apontado para caminhos que demandam um novo olhar para os temas de pesquisa da antropologia social das terras baixas da América do Sul. Assim, a Arqueologia tem oferecido algumas das evidências mais consistentes para a crítica do chamado “standard model” (Viveiros de Castro 1996) que tem caracterizado a antropologia regional nos últimos cinquenta anos. Dentre essas evidências há, por exemplo, os trabalhos de Wüst (1988) que estabelecem cronologicamente o início da cons-

trução das aldeias circulares no Brasil central, um elemento fundamental na visão dos grupos Gê dessa região. Do mesmo modo, pesquisas na Amazônia central (Heckenberger, Neves e Petersen 1998) e no alto Xingú (Heckenberger 1998) têm trazido evidências cada vez maiores, embora ainda hipotéticas, sobre a existência de grandes adensamentos populacionais nessas áreas durante o período pré-colonial.

No caso do alto rio Negro, a Arqueologia sugere que as sociedades Tukano, hoje mais ou menos “hegemônicas” na bacia do rio Uaupés, eram anteriormente periféricas no contexto regional. A ausência de informações sobre a história “profunda” dessa região, somada a uma série de acidentes históricos, levou a uma exposição privilegiada das etnografias Tukano em detrimento do estudo dos grupos Maipuran Arawak que também ocupam o alto rio Negro e ocupavam áreas-chave da região até o início do século XVIII. Assim, é plausível que se proponha que uma série de elementos “aberrantes” na organização social Tukano, como a presença, pelo menos no plano ideológico, de uma hierarquia em sibs bem marcada, represente de fato uma influência Maipuran “tukanizada” que se consagrou na literatura como um elemento essencialmente “Tukano”. Essa e outras hipóteses que apresentei ao longo deste texto estão baseadas em uma projeção no passado, mais ou menos problemática, de categorias étnicas definidas no presente etnográfico. Esse é, no entanto, um risco inevitável, apesar das próprias ressalvas apresentadas no início do texto, se a Arqueologia no Brasil é concebida como história indígena.

Tais problemas são menores em face da contribuição feita pela Arqueologia quando ela coloca o presente etnográfico em uma perspectiva histórica. Nesses casos, a Arqueologia deixa de apenas testar hipóteses da Etnologia, passando a apresentar diferentes possibilidades para o entendimento da configuração etnográfica do Brasil. Desse processo crítico surge uma visão mais rica e diversificada de nossa história pré-colonial.

Referências bibliográficas

- AMORIM, A.B. de
1926 Lendas em Nheengatú e Português. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 154 (100): 9-475.
- BINFORD, L.
1981 Behavioral Archaeology and the "Pompeii Premise". *Journal of Anthropological Research*, 37: 195-208.
- CHERNELA, J.
1993 *A Sense of Place: the Uanano Indians of Brazil*. Austin: University of Texas Press.
- COUDREAU, H.
1886 *La France Équinoxiale* vol. II. Paris: Challengel Ainé.
- FARAGE, N.
1991 *As Muralhas dos Sertões. Os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOLDMAN, I.
1963 *The Cubeo: Indians of the Northwest Amazon*. Urbana: University of Illinois Press.
- GREENFIELD, J.
1996 *The Return of Cultural Treasures*, 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press.
- HECKENBERGER, M.
1998 Manioc agriculture and sedentism in Amazonia: the Upper Xingu example. *Antiquity*, 72: 633-648.
- HECKENBERGER, M.; NEVES, E.; PETERSEN, J.
1998 De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. *Revista de Antropologia*, 41 (1): 69-96.
- JACKSON, J.
1983 *The Fish People: Linguistic and Exogamy and Tukanoan Identity in Northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KOCH-GRÜNBERG, T.
1909/ *Zwei Jahre unter den Indianer. Reisen in Nord-*
1910 *west-Bresilien*. Berlin: Ernst Wasmuth, 2 vols.
- LATHRAP, D.
1970 *The Upper Amazon*. London: Thames & Hudson.
- LATHRAP, D.; OLIVER, J.
1987 Agüerito: el complejo policromo más antiguo de America en la confluencia del Apure y el Orinoco (Venezuela). *Interciencia*, 12: 274-289.
- MEGGER, B.
1992 Prehistoric Population Density in the Amazon Basin. J. Verano; D. Ubelaker (Eds.) *Disease and Demography in the Americas*. Washington D.C., Smithsonian Institution Press: 197-205.
- 1995 Judging the Future by the Past: The Impact of Environmental Instability on Prehistoric Amazonian Populations. L. Sponsel (Ed.) *Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world*. Tucson, University of Arizona Press: 15-43.
- MEIRA, M.
1991 Baniwa, Baré, Warekena, Maku, Tukano. Os povos indígenas do "baixo rio Negro" querem ser reconhecidos. *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo, CEDI: 135-140.
- MOREIRA, I.
1994 *Mitologia Tariana*. Manaus: Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural.
- NETTO, L.
1885 Investigação sobre a Arqueologia Brasileira. *Arquivos do Museu Nacional*, 6: 257-553.
- NEVES, E.
1997 Novas informações sobre a Arqueologia da bacia do rio Negro. Trabalho apresentado no IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro, setembro de 1997.
- 1998a *Paths in Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the Uper Rio Negro Basin, Northwest Amazon*, Unpublished Ph.D. Dissertation, Indiana University.
- 1998b Twenty years of Amazonian archaeology in Brazil (1977-1997). *Antiquity*, 72: 625-632.
- PAYNE, D.
1991 A Classification of Maipuran (Arawakan) Languages Based on Shared Lexical Retention. D. Derbyshire; G. Pullum (Eds.) *Handbook of Amazonian Languages*, vol. 3. Berlin, Mouton de Gruyter: 355-499.
- REICHEL-DOLMATOFF, G.
1971 *Amazonian Cosmos*. Chicago: University of Chicago Press.
- 1976 Cosmology as Ecological Analysis: A view from the Rain Forest. *Man*, 11(3): 307-318.
- 1985 *Basketry as Metaphor. Arts and Crafts of the Desana Indians of the Northwest Amazon*. Occasional Papers of Museum of Cultural History, University of California, Los Angeles, Number 5.
- 1996 *Yurupari: Studies of an Amazonian Foundation Myth*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- RIBEIRO, B.
1980 Os índios das águas pretas. U. Kumu; T. Kenhíri (Eds.) *Antes o Mundo Não Existia*. São Paulo, Cultura: 9-46.
- ROUSE, I.
1985 Arawakan phylogeny, Caribbean chronology, and their implications for the study of population movement. *Antropologica*, 63-64: 9-21.
- 1986 *Migrations in Prehistory: Inferring Population Movements from Cultural Remains*. New Haven: Yale University Press.
- 1992 *The Tainos: rise and decline of the people who greeted Columbus*. New Haven: Yale University Press.
- SANTOS, F.; BARCLAY, F. (Eds.)
1994 *Guia Etnográfica de la Alta Amazonía*, vol. I. Quito: FLACSO-Ecuador.

- URBAN, G.
1992 A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. M. Carneiro da Cunha (Org.) *História dos Índios no Brasil*. S. Paulo, Cia. das Letras/FAPESP/SMC: 87-102.
- VIVEIROS DE CASTRO, E.
1996 Images of Nature and Society in Amazonian Ethnology. *Annual Review of Anthropology*, 25: 179-200.
- WALLACE, A.
1905 *Travels on the Amazon and Rio Negro*. London: Ward, Lock & Co.
- WALTZ, N.; WHEELER, A.
1972 Proto Tucanoan. E. Matteson (Ed.) *Comparative Studies in Amerindian Languages*. The Hague, Mouton: 119-149.
- WRIGHT, R.
1991 Indian Slavery in the Northwest Amazon. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia*, 7 (2): 149-179.
- 1992 História Indígena do Noroeste da Amazônia: Hipóteses, questões e perspectivas. M. Carneiro da Cunha (Org.) *História dos Índios no Brasil*. S. Paulo, Cia. das Letras/FAPESP/SMC: 253-266.
- WÜST, I.
1998 Continuities and discontinuities: archaeology and ethnoarchaeology in the heart of the Eastern Bororo territory, Mato Grosso, Brazil. *Antiquity*, 72: 663-675.
- ZUCCHI, A.
1991 Las migraciones Maipures: diversas líneas de evidencias para la interpretación arqueológica. *América Negra*, 1: 113-138.
1993 Datos recientes para un nuevo modelo sobre la expansión de los Grupos Maipures del Norte. *América Negra*, 6: 131-148.